

**Declaração dos Riscos Orçamentais
Orçamento Geral do Estado para 2026**

Setembro 2025

A Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais (CCGRO) tem por missão apoiar as autoridades governamentais e nacionais a definir, identificar, avaliar, acompanhar a coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais, e assegurar que os riscos que podem afetar os resultados orçamentais, programados e projetados, incluindo as responsabilidades contingentes, sejam bem identificados, avaliados, monitorizados, geridos e comunicados (Resolução nº 75/2022, de 30 de junho).

Edição/Redação – Secretariado da Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais

MF – CCGRO – setembro 2025

Índice

Índice de Tabelas e Figuras.....	4
Siglas e acrónimos	5
Enquadramento	6
A. Introdução.....	8
B. Principais Riscos Orçamentais.....	9
B1. Riscos Macroeconómicos.....	9
B2. Riscos associados à Dívida	12
B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado	14
B4. Riscos decorrentes das Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais.....	16
B5. Riscos cibernéticos	19
B6. Outros Riscos.....	21
C. Quantificação dos riscos	24
D. Conclusão e Recomendações.....	24
Anexos	27

Índice de Tabelas e Figuras

<i>Tabela 1 - Classificações de Cabo Verde - Fitch Ratings.....</i>	10
<i>Tabela 2 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB.....</i>	11
<i>Tabela 3 - Composição e Indicadores da Dívida Pública</i>	13
<i>Tabela 4 - Indicadores de endividamento/solvabilidade.....</i>	15
<i>Tabela 5 - Risco Global das 6 maiores empresas do SEE</i>	16
<i>Tabela 6 - Análise de Risco para Inundações com tempo de retorno de 50 anos.....</i>	18
<i>Tabela 7 - Análise de Risco para Secas com tempo de retorno de 10 anos.....</i>	18
<i>Tabela 8 - Principais Vulnerabilidades Cibernéticas em Cabo Verde</i>	20
<i>Tabela 9 - Matriz de Risco Cibernético.....</i>	21
<i>Tabela 10 - Principais Riscos relacionados com Contratos PPP.....</i>	23
<i>Tabela 11 - Quantificação de Riscos Orçamentais.....</i>	24
<i>Figura 1 - Cenário atual de riscos</i>	7
<i>Figura 2 - Stock de Avales e Garantias.....</i>	14
<i>Figura 3 - Pirâmides etárias 2010, 2015, 2020 e 2025, sobre a evolução população Cabo Verde.....</i>	22

Siglas e acrónimos

CCGRO	Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais
CVE	Escudo Cabo-verdiano
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
MF	Ministério de Finanças
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parcerias Público Privadas
SEE	Setor Empresarial do Estado

Enquadramento

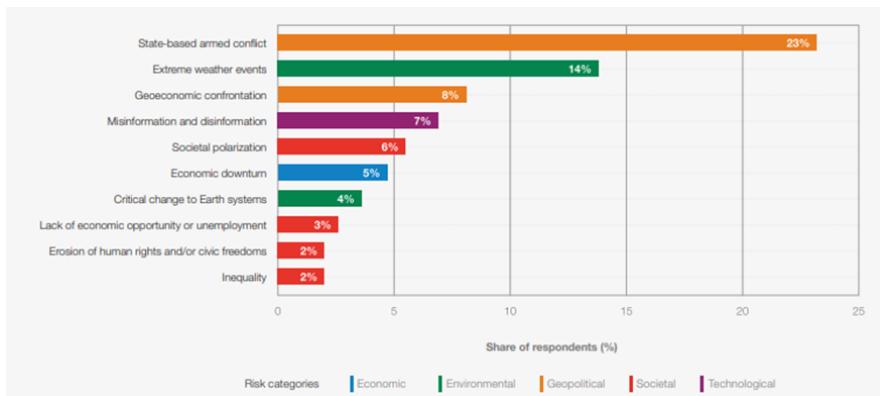
A sustentabilidade das finanças públicas constitui uma prioridade estratégica para o Estado de Cabo Verde, que exige uma gestão rigorosa através da implementação de reformas estruturais e da adoção de práticas sólidas, que assegurem a consolidação orçamental e promovam o crescimento económico. Neste contexto, a gestão eficaz dos riscos orçamentais assume um papel determinante, permitindo antecipar, avaliar e mitigar impactos suscetíveis de comprometer os objetivos orçamentais e a estabilidade macroeconómica.

O período 2025–2026 apresenta desafios acrescidos à formulação e execução das políticas orçamentais, em virtude da sobreposição de riscos de natureza económica, geopolítica e ambiental, cuja materialização poderá afetar as receitas, as despesas e a sustentabilidade da dívida pública.

A economia mundial permanece incerta, apesar de alguns sinais positivos. A antecipação de tarifas e a aplicação de tarifas efetivas mais baixas, em conjunto com condições financeiras ligeiramente mais favoráveis, incluindo a depreciação do dólar, sustentam uma revisão em alta do enquadramento macroeconómico. As últimas projeções do FMI apontam para um crescimento global de 3,0% em 2025 e de 3,1% em 2026. Em paralelo, a inflação global deverá abrandar para 4,2% em 2025 e 3,6% em 2026, aproximando as economias avançadas das respetivas metas. No entanto, persistem riscos: novas tarifas, choques energéticos, perturbações logísticas e um contexto financeiro que pode voltar a apertar, num quadro de dívida pública elevada e fragilidades orçamentais.

O Global Risks Report 2025 evidencia que, no curto prazo, a intensificação de conflitos armados e tensões geopolíticas, a ocorrência de eventos climáticos extremos e a proliferação de desinformação constituem ameaças relevantes, com potencial para desestabilizar os mercados financeiros, agravar os custos de importação e provocar choques na procura externa. Estes riscos, embora de natureza global, têm repercussões significativas em economias pequenas e abertas, como a caboverdiana, fortemente dependente do turismo e de fluxos externos de financiamento.

Figura 1 - Cenário atual de riscos



Fonte: World Economic Forum, Global Risks Perception Survey 2024 – 2025

A Fitch Ratings, em avaliação publicada em maio de 2025, reafirmou o rating de Cabo Verde em “B”, com perspetiva estável, salientando a expectativa de redução da dívida para 98% do PIB em 2026, sustentada pelo desempenho das receitas turísticas e pela disciplina fiscal.

Em síntese, a presente Declaração de Riscos Orçamentais reafirma o compromisso do Estado de Cabo Verde com uma gestão prudente, responsável e transparente das finanças públicas, assente na identificação sistemática dos riscos, na avaliação do respetivo impacto e na definição de estratégias que assegurem a sustentabilidade orçamental e a prossecução dos objetivos de desenvolvimento do país.

A. Introdução

A Declaração de Riscos Orçamentais, constitui um instrumento fundamental para o reforço da transparência, da disciplina orçamental e da boa governação das finanças públicas, ao possibilitar uma avaliação sistemática dos principais riscos que podem comprometer os objetivos fiscais e a sustentabilidade das contas públicas.

Esta apresenta uma análise estruturada dos fatores de risco que, pela sua natureza ou magnitude, podem ter impacto relevante na execução orçamental, tanto no curto como no médio e longo prazos.

A presente declaração contempla uma visão abrangente dos seguintes riscos orçamentais:

- **Macroeconómicos** – relacionados com potenciais desvios face às projeções de crescimento económico, inflação, taxa de câmbio, taxa de juro, balança de pagamentos e evolução do comércio externo. Tais desvios podem afetar significativamente o desempenho das receitas e despesas públicas.
- **Dívida Pública** – embora em trajetória decrescente, o nível ainda elevado da dívida representa um risco estrutural, exigindo monitorização contínua.
- **Setor Empresarial do Estado** – associados à situação financeira e operacional das empresas públicas, incluindo a possibilidade de materialização de passivos contingentes, necessidade de transferências extraordinárias ou reforço de garantias do Estado, com impacto potencial no equilíbrio orçamental.
- **Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais** – considerando a elevada vulnerabilidade de Cabo Verde a fenómenos climáticos extremos, com efeitos adversos sobre a atividade económica, a infraestrutura pública e as despesas associadas à resposta a desastres.
- **Segurança cibernética** – potenciais ameaças à integridade dos sistemas digitais do Estado, suscetíveis de afetar a continuidade de serviços públicos essenciais e gerar despesas acrescidas com medidas de prevenção e mitigação, com impacto na execução orçamental.
- **Outros riscos** relevantes, designadamente alterações demográficas e aumento das pensões, ações judiciais contra o Estado e implicações de parcerias público-privadas. Embora não sejam analisados em detalhe neste exercício, são identificados pelo seu potencial impacto sobre as finanças públicas.

A análise destes riscos é acompanhada da quantificação e de propostas de mitigação, reforçando o compromisso do Estado de Cabo Verde com uma gestão prudente, responsável e transparente das finanças públicas.

B. Principais Riscos Orçamentais

Esta secção introduz a análise das principais vulnerabilidades do país no domínio dos riscos orçamentais acima mencionados.

B1. Riscos Macroeconómicos

Enquanto pequena economia aberta e pouco diversificada, Cabo Verde depende das importações de bens essenciais e do turismo, pilar do PIB, do emprego e das receitas externas. Variações na procura dos mercados emissores, alterações regulamentares às viagens ou crises sanitárias têm um impacto rápido na atividade económica, nas contas externas e nas finanças públicas. A vulnerabilidade climática permanece elevada, com efeitos diretos na agricultura, nas infraestruturas e nos ativos turísticos, devido a secas e chuvas extremas.

Rating soberano e sinal de mercado

A *Fitch Ratings* reafirmou o *rating* soberano de Cabo Verde em B, com perspetiva estável, na revisão de 13 de maio de 2025, após a melhoria de B- para B em 21 de maio de 2024. A avaliação sublinha melhores indicadores de governação face aos pares, uma perspetiva robusta de crescimento ancorada num turismo em expansão, consolidação fiscal continuada e reservas internacionais adequadas. Os pontos fortes são contrabalançados por endividamento público e externo ainda elevado (embora em declínio), passivos contingentes soberanos relevantes e vulnerabilidades externas persistentes.

Entretanto, a agência de notação financeira afirma que poderá agravar a classificação da dívida caso fatores individuais e coletivos aumentem o risco de passivos contingentes, por exemplo, devido ao agravamento da situação financeira das empresas estatais (SOEs) e/ou a novos atrasos ou reversão da reforma do setor empresarial do Estado. Da mesma forma, considera que um novo aumento da dívida pública em relação ao PIB, devido, por exemplo, a uma postura orçamental mais débil e/ou à materialização de passivos

contingentes, poderá agravar a classificação do país, da mesma forma que a materialização de um choque externo, como uma contração significativa das receitas do turismo ou um decréscimo do IDE, que levaria a um crescimento mais fraco e a uma erosão das reservas cambiais.

Tabela 1 - Classificações de Cabo Verde - Fitch Ratings

ENTIDADE / DÍVIDA	CLASSIFICAÇÃO	PRÉVIO
Cabo Verde	LT IDR B	Afirmou B
	ST IDR B Afirmou B	
	LC LT IDR B	Afirmou B
	LC ID DE ST B Afirmou B	
Teto do país	B+ Afirmou B+	

Fonte: FitchRatings - 2025

Principais riscos macroeconómicos:

Tendo em conta a realidade da economia cabo-verdiana e o contexto internacional, pode-se, ainda, considerar como principais riscos macroeconómicos, na decorrência da execução orçamental de 2026:

- i) Contração do turismo por fatores geopolíticos, sanitários ou cíclicos, com impacto imediato no PIB, no emprego e na receita.
- ii) Volatilidade dos preços internacionais da energia e dos alimentos, com efeitos nos termos de troca, na inflação e no investimento, bem como potenciais custos orçamentais de mitigação.
- iii) Diminuição das remessas, com impacto no rendimento das famílias, no consumo, na receita fiscal e na balança de pagamentos.
- iv) Abrandamento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que limitaria a entrada de capitais e o financiamento de projetos estratégicos, afetando negativamente o crescimento, o emprego e a receita fiscal;

- v) Riscos climáticos e desastres naturais, com custos de reconstrução e perdas temporárias de atividade.
- vi) Riscos fiscais e financeiros: apesar dos progressos, a dívida/PIB continua elevada e sensível a choques no crescimento, na taxa de câmbio e nas taxas de juro.
- vii) Passivos contingentes de empresas públicas e PPP, incluindo possíveis garantias acionadas e necessidades de recapitalização.
- viii) Riscos orçamentais, políticos e sociais internos, como pressões de despesa em ciclos pré-eleitorais e atrasos em reformas estruturais (empresas públicas, energia e ambiente de negócios).

Tabela 2 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB

Indicadores	Unidade	2026		Diferença
		Cenário Base	Cenário Risco	
PIB	Var. em %	6,0	3,1	-2,2 p.p.
Inflação	Var. em %	1,6	2,16	0,56 p.p.
Impostos	Milhões de CVE	66 812	59 131	-7 681
Outras Receitas	Milhões de CVE	18 924	14 201	-4 724
Financiamento Interno	Milhões de CVE	6 339	12 692	6 353
Dívida Pública	% do PIB	97,2%	101,7%	4,49 p.p.
Dívida Externa	% do PIB	63,6%	65,3%	1,7 p.p.
Dívida Interna	% do PIB	33,5%	36,4%	2,9 p.p.

Fonte: DNP/MF

Na tabela acima consta a estimativa dos principais riscos macroeconómicos referentes à execução orçamental de 2026. No cenário base, o crescimento de 6,0% com uma inflação de 1,6% sustenta uma receita de impostos de 66.812 milhões de CVE e outras receitas de 18.924 milhões CVE, exigindo 6.339 milhões de CVE de financiamento interno. A dívida estabiliza-se nos 97,2% do PIB, dos quais 63,6% correspondem à dívida externa e 33,5% à dívida interna.

Se os riscos se materializarem, nomeadamente, um turismo mais fraco, energia e alimentos mais caros, remessas e IDE em baixa e choques climáticos, o crescimento

abrange para 3,1% e a inflação sobe para 2,2%. A base fiscal diminui (impostos: 59.131 milhões de CVE; outras receitas: 14.201 de milhões de CVE) e o financiamento interno necessário quase duplica, atingindo os 12.692 milhões de CVE, em 2026. Com um PIB nominal mais baixo e um maior recurso a emissões, o rácio dívida/PIB agrava-se para 101,7% (65,3% externa e 36,4% interna).

Dado ser o principal motor do PIB e do emprego, um abrandamento do turismo reduz imediatamente as exportações de serviços, a ocupação e o consumo associado, comprimindo a receita e ampliando as necessidades de financiamento. Este impacto pode ser amplificado por custos energéticos mais elevados e por eventos climáticos extremos. Por isso, as hipóteses orçamentais devem ser prudentes para receitas ligadas ao turismo, com margens de segurança e planos contingentes para reprogramar a despesa e diversificar as fontes de financiamento.

A prudência macro fiscal, a execução firme de reformas e o investimento em resiliência climática e institucional reduzem a exposição a choques e aumentam a capacidade de transformar sinais externos favoráveis em crescimento sustentado, amortecendo os ciclos quando surgirem.

B2. Riscos associados à Dívida

A dívida de Cabo Verde caiu para 111,4% do PIB em 2024, representando uma queda de 5,5% quando comparado com o rácio de 116,9% atingido em 2023. Esta diminuição é impulsionada pelo crescimento do PIB e pela implementação de políticas fiscais de controlo de despesas e de melhorias na arrecadação de receitas do Estado. Prevê-se que este rácio mantenha a sua trajetória descendente e que em 2026 atinja valores inferiores a 100% do PIB, em linha com o objetivo de redução do peso da dívida pública face ao PIB traçado pelo Governo.

A média de taxa de juro da dívida de Cabo Verde é baixa e na sua maioria é fixa. A dívida externa que, em 2024, constituía cerca de 68% do total da dívida, tem uma taxa média em torno de 1% e cerca de 82,8% desta taxa é fixa. Na dívida interna, a média de taxa de juros é de 3% e é 100% fixa, o que mitiga os riscos de aumento do volume de juros a pagar por ano.

No que tange à maturidade da dívida de Cabo Verde, a dívida externa tem uma maturidade remanescente em torno de 16 anos e a dívida doméstica em torno de 5 anos. Em relação ao risco cambial, é de referir que a dívida externa é contratada na sua totalidade em divisas, porém, 51,1% do stock desta dívida, em 2024, é denominada em Euro, que tem paridade cambial fixa com o CVE, o que mitiga, em parte, o risco cambial do portfólio da dívida. A dívida interna é emitida, na sua totalidade, em CVE.

Os passivos contingentes do governo diminuíram em 2024, mas permaneceram significativos e representam um risco importante para a economia do país. O passivo contingente explícito referentes às entidades estatais (SOE) ascendeu a 8,0% do PIB no ano de 2024, representando uma diminuição de 4,8% face ao valor de 2023.

O total passivo contingente do Estado representa 8% da stock da dívida pública no final de 2024.

Na tabela e no gráfico abaixo apresenta-se os indicadores da dívida pública e dos passivos contingentes explícitos.

Tabela 3 - Composição e Indicadores da Dívida Pública

Saldo da Dívida Pública	296 616,8	298 084,7	309 352,1
% do PIB	125,9%	116,9%	111,4%
Dívida Externa	204 786,2	204 656,4	210 251,4
Dívida Interna	91 830,6	93 428,3	99 100,7
Total Desembolsos	36 165,0	26 286,8	30 864,0
% do PIB	15,35%	10,3%	11,1%
Dívida Externa	12 501,5	10 417,1	10 929,3
Dívida Interna (incl. outros créditos)	23 663,5	15 869,8	19 934,7
Total Serviço da Dívida	21 388,4	24 808,8	26 656,5
% das Exportações	10,5%	12,7%	11,0%
% das Receitas do Estado	39,4%	37,5%	38,3%
% das Reservas Internacionais	13,7%	16,3%	15,9%
Dívida Externa	9 485,2	12 289,0	12 945,8
Dívida Interna	11 903,1	12 519,8	13 710,7
Memória: PIB	235 627,7	254 972,8	277 779,7
Exportações	90 410,5	97 058,4	118 070,7
Receitas do Estado	54 330,5	66 235,0	69 525,0
Reservas Internacionais	68 993,1	75 509,1	81 180,6

Fonte: DGT/MF

Figura 2 - Stock de Avales e Garantias



B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado

O Setor Empresarial do Estado (SEE) desempenha um papel de relevo em diversas áreas estratégicas, como a energia, a telecomunicação, as infraestruturas e as finanças, fornecendo bens e serviços públicos essenciais e promovendo a eficiência económica e social a nível nacional e internacional.

Os resultados têm evidenciado dinâmica positiva, com crescimento do volume de negócios face aos anos transatos e, consequente, melhoria dos resultados quer operacional como líquido.

O EBIT agregado das empresas do SEE tem evidenciado uma evolução consistente, passando de valores negativos para resultados positivos expressivos. Em 2024, os dados analisados apontam um EBIT em cerca de 3,5 mil milhões de CVE e, para 2025, ainda que provisórios, os dados apontam para a manutenção do EBIT em níveis positivos, reforçando a trajetória de recuperação observada nos últimos exercícios. Estes resultados confirmam a tendência de consolidação financeira e de maior robustez do setor empresarial do Estado, perspetivando-se que este desempenho se mantenha para 2026. Não obstante os resultados registados, os indicadores económico-financeiros do SEE evidenciam desafios estruturais, nomeadamente, no que respeita à rentabilidade e aos riscos subjacentes. Perante este cenário, o apoio contínuo do Estado, aliado a uma gestão financeira eficiente, tem sido essencial para garantir a estabilidade e sustentabilidade deste setor a longo prazo, bem assim a mitigação de riscos orçamentais, tendo em conta

as recomendações reiteradas dos parceiros internacionais, nomeadamente, o GAO e o FMI.

Este facto tem merecido um forte compromisso na implementação de reformas, nomeadamente, a agenda de privatização, concessão ou parceria público-privada, 2022-2026, tendo como um dos objetivos reduzir a dependência financeira e os riscos orçamentais das empresas do SEE, além de promover o desenvolvimento económico, a competitividade, o emprego, o crescimento, a modernização das infraestruturas e o fortalecimento do ambiente de negócios em Cabo Verde, garantindo, sempre, a salvaguarda dos interesses nacionais e a maximização dos benefícios sociais e económicos.

Em determinados contextos, as empresas do SEE necessitam de recorrer a financiamento e neste quadro o Estado tem desempenhado um papel ativo ao longo dos anos, através da concessão de avales e da atribuição de empréstimos de retrocessão.

Contudo, importa sublinhar que, caso as empresas não cumpram atempadamente os seus compromissos financeiros, os avales concedidos pelo Estado podem traduzir-se em responsabilidades efetivas. Por este motivo, os avales ao SEE são acompanhados de forma contínua pela UASE, no âmbito da monitorização do setor empresarial do Estado, em articulação com as entidades competentes para a gestão da dívida pública.

No que se refere à dinâmica dos indicadores de estrutura do capital (rentabilidade, liquidez, endividamento e solvabilidade), não obstante a melhoria verificada, estes continuam a exigir um seguimento atento, conforme evidencia o quadro que se segue:

Tabela 4 - Indicadores de endividamento/solvabilidade

Indicadores de Endividamento/Solvabilidade%	2021	2022	2023	3T2024
Endividamento geral	88,9	91,0	90,7	80,7
Endividamento corrente	104,2	107,0	91,5	93,2
Passivo/Capital próprio	801,6	1066,0	977,8	417,6
Passivo/EBITDA	2703,3	1629,0	9154,7	6747,2

Fonte: UASE/MF

Tem sido efetuada a avaliação do nível de risco das empresas do SEE, com recurso à ferramenta SOE *Health Check Tool* do FMI, cujos resultados, em 2024, embora

provisórios, apontam para um cenário favorável quando se olha para a amostra das 6 maiores empresas do SEE.

Tabela 5 - Risco Global das 6 maiores empresas do SEE

Empresas	2024						Risco Global			
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		2021	2022	2023	2024
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.				
ASA	Very Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Low Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Moderate Risk	Low Risk
ELECTRA	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
EMPROFAC	Moderate Risk	Low Risk	Very Low Risk	High Risk	Low Risk	High Risk	High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
ENAPOR	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Low Risk	Moderate Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk
IFH	Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	High Risk	Very High Risk	Very High Risk	High Risk	High Risk	Moderate Risk
TACV	Very High Risk									

Fonte: UASE/MF

Apesar destas pressões financeiras, importa sublinhar que as empresas do SEE operam em setores estratégicos cruciais para o desenvolvimento de Cabo Verde, sendo a sua intervenção indispensável para assegurar o bem-estar da população, o acesso a serviços públicos essenciais e promoção da coesão territorial e social.

Assim, a análise do endividamento e do risco do SEE devem ser enquadradas numa perspetiva multidimensional, que extravasa a leitura estritamente económico-financeira. A relevância estrutural e o impacto socioeconómico destas entidades exigem uma abordagem equilibrada e criteriosa, que articule a sustentabilidade financeira com a prossecução do interesse público e com a salvaguarda da estabilidade macroeconómica do país. Em 2025, tem sido dada especial atenção à continuidade das reformas das empresas públicas, com destaque para a melhoria do quadro legal, através da elaboração de uma nova Lei do Setor Público Empresarial e de novos Estatutos dos Gestores Públicos. Estas iniciativas incorporam políticas reforçadas de gestão, governação e monitorização do desempenho das empresas públicas, visando reduzir os riscos orçamentais, climáticos e ambientais e assegurar uma trajetória de sustentabilidade, cuja continuidade e aprofundamento se prevê para 2026.

B4. Riscos decorrentes das Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais

Cabo Verde enfrenta riscos elevados associados a secas, cheias repentinas, tempestades tropicais e erosão costeira ligada à subida do nível do mar, com efeitos diretos sobre a

população, as infraestruturas, a atividade económica e as contas públicas. Esta exposição resulta da condição insular e da orografia, combinadas com a concentração urbana em zonas costeiras, leitos de ribeiras e a degradação de solos. Mantém-se o enquadramento adotado na Declaração de Riscos Orçamentais 2025: reforçar a resiliência e a antecipação e integrar a análise quantitativa destes riscos na gestão orçamental anual.

A evidência nacional e internacional aponta para: (i) aumento da frequência e intensidade de eventos extremos de precipitação e de secas num contexto de aquecimento contínuo; (ii) maior exposição populacional urbana a cheias; e (iii) pressão adicional sobre recursos hídricos e infraestruturas, incluindo estradas e sistemas urbanos. O Relatório País sobre Clima e Desenvolvimento do Banco Mundial (*Country Climate and Development Report* — CCDR) indica perdas de produto face a um cenário sem mudanças climáticas, com maior necessidade de importações no cenário “quente e seco”, risco crescente de inundações costeiras e disruptões rodoviárias.

Do ponto de vista orçamental, os impactos materializam-se por três canais principais:

- Despesa pública adicional com resposta e reconstrução;
- Perdas de receita por quebra de atividade (turismo, transportes, agricultura de sequeiro e cadeias de abastecimento);
- Passivos contingentes, com destaque, em seca, para água e energia (maior dessalinização e consumo elétrico) e, em cheia, para responsabilidades associadas ao Setor Empresarial do Estado (SEE) e a Parcerias Público-Privadas (PPP) na reconstrução de infraestruturas.

Cenário de Riscos Decorrentes de Catástrofes Naturais, com Inundações e Secas

O impacto orçamental final de uma catástrofe natural está diretamente relacionado à intensidade do evento. A probabilidade de ocorrência de catástrofes de diferentes intensidades é geralmente estimada através de análises probabilísticas, as quais fornecem estimativas sobre a interrupção de atividades económicas, as perdas de ativos e a população afetada por catástrofes com diferentes tempos de retorno¹. Por exemplo, um

¹ O intervalo de tempo entre o evento natural até ele ser igualado ou superado é conhecido como tempo de retorno. A estimativa do tempo de retorno é de extrema importância na caracterização de chuvas intensas e secas. Ressalta-se que o tempo de retorno não tem caráter cíclico. de retorno de 50 anos, ou seja, ocorre em média a cada 50 anos, pode acontecer daqui a cinco anos ou até mesmo ser superado várias vezes nos próximos 30 anos.

evento com um tempo de retorno de 10 anos espera-se que ocorra uma vez a cada década, enquanto um evento com um tempo de retorno de 50 anos é menos frequente, mas com maior intensidade.

Com base num perfil de risco desenvolvido pelo Banco Mundial em 2019², e na Ferramenta de Quantificação de Riscos Orçamentais para seca e para inundações desenvolvida com suporte técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2024³, estima-se que o impacto orçamental das inundações, atualizada para o tempo de retorno de 50 anos devido às cheias provocadas pela tempestade Erin, e secas, com tempo de retorno de 10 anos, seria significativo no país. As inundações e secas poderiam resultar numa redução do saldo operativo de 1,6 p.p. e 0,6 p.p. do PIB, respetivamente, e a dívida pública poderia aumentar em 2,5 p.p. e 0,3 p.p. do PIB para 2026 (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Análise de Risco para Inundações com tempo de retorno de 50 anos

Indicadores	Unidade	2026		Diferença
		Cenário Base	Cenário de Risco	
Receitas	%PBI	29.1	29.1	0.0 p.p.
Despesas	%PBI	25.8	27.4	1.6 p.p.
Saldo Operativo	%PBI	3.3	1.7	-1.6 p.p.
Dívida	%PBI	105.6	108.1	2.5 p.p.

Fonte: Secretariado da CCGRO, MAA e MAI – SNPCB

Tabela 7 - Análise de Risco para Secas com tempo de retorno de 10 anos

Indicadores	Unidade	2026		Diferença
		Cenário Base	Cenário de Risco	
Receitas	%PBI	29.1	29.1	0.0 p.p.
Despesas	%PBI	25.8	26.4	0.6 p.p.
Saldo Operativo	%PBI	3.3	2.7	-0.6 p.p.
Dívida	%PBI	105.6	105.9	0.3 p.p.

Fonte: Secretariado da CCGRO, MAA e MAI - SNPCB.

² Disaster Risk Profile 2019: <https://www.gfdrr.org/en/publication/disaster-risk-profile-cabo-verde>

³ Assistência técnica do FMI em Julho de 2024 apoiou o Secretariado da Comissão de Gestão do Risco no desenvolvimento de ferramentas para análise quantitativa dos riscos orçamentais decorrentes de inundações e secas. Espera-se expandir gradualmente esse modelo de análise quantitativa para outros tipos de catástrofes naturais (por exemplo, erupções vulcânicas, terremotos, etc.).

Cabo Verde enfrenta riscos orçamentais consideráveis devido à sua exposição a alterações climáticas e catástrofes naturais. A combinação de aumento na despesa pública para a resposta e recuperação, a diminuição das receitas do Estado pela interrupção das atividades económicas e os custos associados a passivos contingentes apresentam um panorama desafiador. A integração de alternativas de financiamento mais abrangentes, com mais e melhores ferramentas analíticas, com estratégias de adaptação às alterações climáticas e de melhoria da resiliência económica, são cruciais para lidar com esses riscos.

B5. Riscos cibernéticos

A crescente digitalização da administração pública e dos serviços essenciais em Cabo Verde tem promovido ganhos relevantes em eficiência, transparência e acessibilidade para a população. Contudo, este progresso também amplia a exposição do país a riscos cibernéticos cada vez mais complexos e sofisticados.

A concretização destas ameaças poderá ter impactos relevantes no funcionamento do Estado, na confiança dos cidadãos e, de forma particularmente crítica, nas finanças públicas. Perante este cenário, torna-se fundamental adotar uma abordagem estratégica e proativa, que contemple a análise contínua das ameaças, o reforço das capacidades institucionais e a alocação eficiente de recursos destinados à prevenção, mitigação e resposta a incidentes cibernéticos.

O cenário de ameaças cibernéticas em Cabo Verde é influenciado por múltiplos fatores, incluindo a crescente interconectividade, a escassez de profissionais qualificados e a crescente sofisticação dos atores de ameaça a nível global.

Tabela 8 - Principais Vulnerabilidades Cibernéticas em Cabo Verde

Tipo de risco	Descrição
Maturidade Cibernética Limitada	Em comparação com países mais desenvolvidos, Cabo Verde continua a apresentar lacunas significativas ao nível das políticas públicas, da infraestrutura tecnológica e da disponibilidade de recursos humanos especializados em cibersegurança.
Riscos na Cadeia de Fornecimento	A forte dependência de fornecedores externos de software, hardware e serviços cria riscos estruturais. Uma vulnerabilidade num único fornecedor pode comprometer toda a infraestrutura nacional, dado que a segurança de um sistema é tão robusta quanto o seu elo mais fraco.
Baixo Nível de Consciencialização	A reduzida literacia em cibersegurança, tanto entre os funcionários públicos como na população em geral, aumenta substancialmente a exposição a ameaças como o phishing, a engenharia social e outras técnicas de intrusão baseadas no erro humano.
Capacidade de Resposta Limitada	A inexistência de uma Equipa de Resposta a Incidentes (CSIRT) compromete a capacidade de deteção precoce, análise e resposta eficaz a incidentes cibernéticos.
Fragmentação de Esforços	A ausência de uma entidade nacional com autoridade clara e centralizada para coordenar a cibersegurança resulta numa abordagem dispersa e ineficiente, dificultando a implementação de estratégias integradas e coerentes.
Dificuldade em Garantir Investimento Sustentado	O reforço da resiliência cibernética exige investimentos contínuos em tecnologia, infraestrutura, formação e qualificação de pessoal. Para um país de pequena dimensão e recursos limitados, assegurar financiamento adequado constitui um desafio permanente.

Fonte: Direção Geral de Telecomunicações e Economia Digital

A tabela a seguir apresenta uma visão consolidada dos principais riscos cibernéticos identificados para Cabo Verde, com estimativas quanto à sua probabilidade de ocorrência, impacto financeiro potencial e classificação do nível de risco. Esta abordagem visa traduzir ameaças muitas vezes abstratas em métricas tangíveis, especialmente em termos financeiros, permitindo:

- Uma avaliação mais clara das consequências da inação,
- A priorização informada de medidas preventivas e reativas, e
- A fundamentação técnica de investimentos em cibersegurança perante os decisores orçamentais e políticos.

Tabela 9 - Matriz de Risco Cibernético

Risco Cibernético	Probabilidade	Impacto	Classificação na Matriz	ALE (CVE/ano)
Ataque de Ransomware em sistemas críticos	Alta	Crítico	Crítico	44 106 000,00
Vazamento de dados sensíveis de cidadãos	Média-Alta	Alto	Alto	33 079 500,00
Ataque DDoS a serviços públicos essenciais	Alta	Médio	Alto	13 231 800,00
Phishing / engenharia social com acesso indevido	Alta	Médio	Alto	9 923 850,00
Ameaças internas (negligência ou ação mal-intencionada)	Média	Médio	Moderado	6 615 900,00
Comprometimento de infraestruturas críticas	Baixa	Crítico	Alto	11 026 500,00
Vulnerabilidade na cadeia de suprimentos	Baixa-Média	Médio	Moderado	5 513 250,00
Ausência de CSIRT Nacional com capacidade de resposta	Alta	Crítico	Crítico	55 132 500,00
Inexistência de Centro Nacional de Cibersegurança para coordenação estratégica	Alta	Crítico	Crítico	44 106 000,00
Dificuldade na alocação orçamental para cibersegurança	Alta	Alto	Crítico	33 079 500,00
Escassez de profissionais qualificados em cibersegurança	Alta	Alto	Crítico	27 566 250,00
Baixo nível de consciencialização digital na população e nos serviços públicos	Alta	Médio	Alto	8 821 200,00
Falta de plano nacional de resposta a incidentes	Alta	Alto	Crítico	22 053 000,00
Dependência de tecnologias estrangeiras sem avaliação de risco	Média	Alto	Alto	16 539 750,00

Fonte: Direção Geral de Telecomunicações e Economia Digital

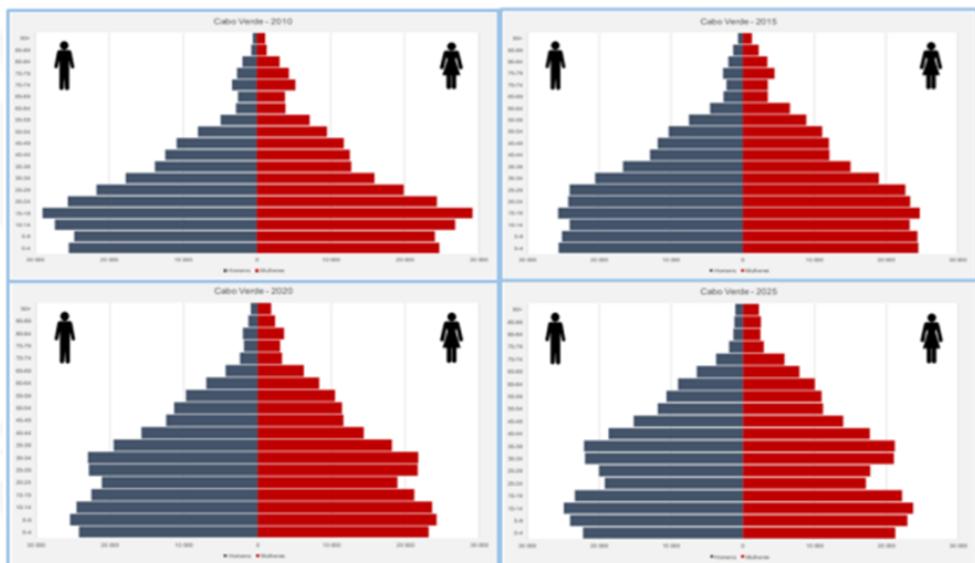
B6. Outros Riscos

Outros riscos relevantes, para Cabo Verde estão relacionados às alterações demográficas e aumento das pensões, às Parcerias Público Privadas, às decisões judiciais que venham a imputar ao Estado pagamento de indemnizações compensatórias ou outros encargos pecuniários.

As alterações demográficas em Cabo Verde apresentam especificidades relevantes. A população continua a ser predominantemente jovem, o que constitui um potencial para dinamizar o crescimento económico e reforçar a produtividade futura. Contudo, este potencial depende da criação de oportunidades de emprego e da valorização do capital humano, sob pena de aumentar a emigração jovem. A pressão para investir em educação, formação profissional e políticas de inclusão no mercado de trabalho é significativa. Em paralelo, observa-se uma tendência gradual de envelhecimento que, a médio prazo, trará novos encargos para a Segurança Social e para o sistema de saúde. Por outro lado, a diáspora cabo-verdiana pode desempenhar um papel central na absorção de mão de obra

e na transferência de recursos financeiros e conhecimento. Assim, as dinâmicas demográficas, embora favoráveis no curto prazo, exigem políticas consistentes para garantir benefícios sustentáveis e mitigar riscos orçamentais futuros.

Figura 3 - Pirâmides etárias 2010, 2015, 2020 e 2025, sobre a evolução população Cabo Verde



Fonte: INE

Relativamente às despesas com pensões, estas continuam a constituir um risco fiscal relevante para o Orçamento do Estado de 2026. Embora, nos últimos nove anos, a receita fiscal tenha registado um crescimento médio superior ao das despesas com pensões, estas últimas mantêm uma trajetória estruturalmente ascendente, com uma taxa média de 8% ao ano, absorvendo uma parcela significativa dos recursos públicos.

O risco central reside na rigidez orçamental, por serem despesas obrigatórias e socialmente sensíveis. As pensões reduzem o espaço orçamental disponível para financiar novos projetos produtivos e políticas públicas estratégicas, assim, mesmo num contexto de crescimento das receitas, a margem para realocar recursos é estreita, uma vez que o aumento automático desta rubrica impõe limites à despesa discricionária.

Do ponto de vista orçamental, este cenário implica uma maior dificuldade em acomodar impacto dos choques externos ou implementar políticas anticíclicas, já que a flexibilidade orçamental é progressivamente reduzida. A médio prazo, a tendência de envelhecimento demográfico poderá reforçar estas pressões, exigindo reformas paramétricas e a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social.

Ainda que o crescimento da receita fiscal tenha atenuado, até agora, o peso das pensões no equilíbrio global, a sua evolução continua a representar um risco estrutural para a sustentabilidade do OE, ao condicionar a capacidade do Estado de alocar recursos a investimentos que impulsionem o crescimento económico e ampliem a base fiscal futura.

Neste contexto, a evolução das pensões deve ser cuidadosamente monitorizada, exigindo uma estreita articulação entre a política orçamental e as reformas estruturais, afim de assegurar o equilíbrio entre a proteção social e a sustentabilidade das contas públicas.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) representam uma importante alternativa para realização de projetos de infraestruturas e serviços públicos, mas acarretam certos riscos que podem afetar tanto o setor público como o parceiro privado (ver Tabela a seguir).

Tabela 10 - Principais Riscos relacionados com Contratos PPP

Tipo de risco	Descrição	Impacto orçamental
Riscos financeiros	Sobrecustos, financiamento, taxa de câmbio	Aumento de custos, necessidade de garantias, aumentos de dívida
Riscos operacionais	Construção, manutenção e operação	Penalidades, custos adicionais, intervenção do Governo
Riscos de demanda	Demandas insuficientes, variabilidade de receitas	Receitas insuficientes, necessidade de subsídios
Riscos políticos e regulatórios	Alterações de políticas, novas regulações	Incerteza, renegociações, custos para cumprimentos de novas políticas
Riscos ambientais e sociais	Impactos ambientais, conflitos sociais	Sansões, custos de mitigação, atrasos
Riscos de passivos contingentes	Garantias, avais, compensações	Desembolsos inesperados, litígios

Fonte: Assistência técnica do FMI.

A referência aos riscos associados às PPP's na presente Declaração evidencia o potencial impacto orçamental que estes podem representar.

C. Quantificação dos riscos

Com base nos riscos identificados, procedeu-se à estimativa da quantificação global destes, cujo resumo se apresenta no quadro, infra.

Tabela 11 - Quantificação de Riscos Orçamentais

Riscos Orçamentais	(milhões de CVE)
Cenário de risco (crescimento do PIB em 3,1% - impacto nas receitas fiscais)	7 681
Cenário de risco (crescimento do PIB em 3,1% - impacto nas outras receitas)	4 724
Riscos associados ao Setor Empresarial do Estado	2 595
Riscos associados às mudanças climáticas e catástrofes naturais	3 036
Avales e garantias	1 084
Risco associado ao serviço da dívida externa - Alteração do Câmbio	372
Riscos Cibernéticos	331
Riscos associados às decisões judiciais	532
Riscos associados às alterações demográficas	400
TOTAL	20 755

Fonte: Secretariado da CCGRO/MF

D. Conclusão e Recomendações

Tendo em conta riscos orçamentais identificados no presente documento, apresentam-se abaixo recomendações destinadas a mitigar os seus impactos e reforçar a resiliência financeira de Cabo Verde:

- ✓ Promover a consolidação orçamental, tendo em conta a imperatividade da contenção e a qualidade da despesa corrente (priorizando despesas de alto retorno económico e social), a mobilização de receitas endógenas, o alargamento da base tributária, a redução da economia informal e a diversificação das fontes de financiamento, privilegiando o recurso aos empréstimos concessionais;
- ✓ Manter o planeamento e a gestão da carteira da Dívida Pública, através do acompanhamento contínuo das melhores práticas internacionais na matéria;

- ✓ Continuar com as reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de governança, transparência e monitorização do seu desempenho financeiro, para reduzir os riscos orçamentais e, consequentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo e redução dos passivos contingentes associados ao SEE;
- ✓ Melhorar a qualidade da gestão dos investimentos públicos direcionado para as atividades produtivas com maior inclusão e melhor equidade, visando a dinamização do crescimento económico e atração do investimento privado interno e externo;
- ✓ Levar em conta os impactos das alterações demográficas nas políticas públicas, nomeadamente, fazer uma avaliação da adequação dos benefícios futuros atribuídos pelos regimes de pensões, de forma a assegurar uma adequada partilha de riscos e rendimentos inter-geracionais;
- ✓ Operacionalizar a recolha de dados sobre riscos relacionados às ações judiciais contra o Estado para melhor avaliar a dimensão do risco potencial;
- ✓ Para reduzir os riscos associados aos eventos climáticos extremos, Cabo Verde deve adotar uma série de estratégias e medidas, muitas das quais em fase de implementação e que se concentram na adaptação às mudanças climáticas e na resiliência:
 - Planeamento e dados: consolidar a base nacional de ameaça, exposição e vulnerabilidade (perfis municipais, mapas de risco e histórico de custos públicos), interoperável com a Ferramenta de Quantificação de Riscos Climáticos.
 - Planeamento Urbano e Uso do Solo: desenvolver políticas de uso do solo baseadas em mapas de risco detalhados, que identifiquem áreas vulneráveis a inundações, deslizamentos e outros riscos climáticos, evitando construções em áreas de alto risco.
 - Reserva orçamental e instrumentos: fixar contingências plurianuais alinhadas com perdas esperadas; manter ativa a Opção de Saque Diferido para Catástrofes (Cat DDO); avaliar seguros paramétricos setoriais e

explicitar, num Plano de Financiamento de Desastres, regras de realocação e *triggers* de desembolso.

- Adaptação prioritária com co-benefícios fiscais: acelerar projetos de drenagem urbana e bacias de retenção; gestão integrada de bacias e recarga/armazenamento; eficiência hídrica e energética na dessalinização; proteção costeira em zonas críticas; e resiliência rodoviária (pontos de estrangulamento).
- Proteção social e empresas: reforçar mecanismos de proteção social sensíveis a choques; apoiar micro e pequenas empresas para continuidade de negócios; e incorporar critérios climáticos na programação do crédito público.
- Adaptação do sistema agroalimentar: introduzir e promover o uso de variedades de culturas agrícolas resistentes à seca e a outras condições climáticas adversas e incentivar práticas agrícolas que conservem água, como a regagota-a-gota, hidroponia, agrofloresta e que protejam o solo da erosão. Incluir a gestão integrada de recursos hídricos como parte das práticas agrícolas sustentáveis.
- Sistemas de Alerta Precoce e Resposta a Desastres: estabelecer sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos, que informem rapidamente as comunidades e permitam uma resposta ágil e desenvolver e testar regularmente planos de resposta a emergências climáticas, incluindo evacuação e assistência em casos de desastres.

Anexos

Anexo I – Plano de ação para mitigação de riscos cibernéticos

Recomendação Estratégica	Iniciativa Chave	Entregáveis	Responsável Principal	Partes Interessadas	Prazo Estimado	Custo Estimado (CVE)	KPIs de Sucesso
Fortalecer governança e coordenação	Efetivação da Autoridade Nacional de Cibersegurança (CNCS)	Órgão Efetivo; plano estratégico definido	MED	NOSi, ARME, Chefia do Governo	Q1 2026		Autoridade criada e funcional; estratégia nacional publicada
Estabelecer a capacidade de resposta	Implementação do CSIRT nacional e cobertura 24/7	Equipa ampliada; procedimentos estabelecidos; suporte contínuo	CNSC	MED, NOSi	Q2 2026		Equipa efetiva; incidentes respondidos em tempo; satisfação do cliente
Capacitação contínua	Programa nacional de formação para funcionários públicos	Módulos formativos; número de treinados; material didático	CNSC	Universidades, MED, ARME, NOSi	2026		Nº de formados; % dos setores cobertos; avaliações pós-curso positivas
Integração de cibersegurança no ensino	Inclusão nos currículos universitários	Curriculos revistos; parcerias com instituições de ensino	MED	Arme, CNCS, universidades	2026		Cursos implementados; número de estudantes matriculados

Fontes: Direção Geral de Telecomunicações e Economia Digital